

Psicanálise
Pedagogia

organizadores
Lino de Macedo
Bernadete Amêndola de Assis

Casa do Psicólogo®

Sumário

Nota dos Organizadores	7
Agradecimento Especial	9
Apresentação de Leopold Nosek.....	11

CAPÍTULO 1

O Saber Ser: Competências e Habilidades	15
<i>Lino de Macedo</i>	<i>15</i>
<i>Nilson José Machado</i>	<i>19</i>
<i>Luiz Carlos Menezes</i>	<i>23</i>

CAPÍTULO 2

Razão e Emoção no Pensamento Contemporâneo	29
<i>Isaiás Pessotti</i>	<i>29</i>
<i>Zélia Ramozzi Chiarottino</i>	<i>42</i>
<i>Miriam Chnaiderman (comentários)</i>	<i>48</i>

CAPÍTULO 3

Aprender a Ensinar	51
<i>Beatriz Cardoso</i>	<i>51</i>
<i>Iara Prado</i>	<i>57</i>
<i>Madalena Freire</i>	<i>63</i>
<i>Marcelo Coelho (comentários)</i>	<i>67</i>

CAPÍTULO 4

A Psicanálise na Escola	71
<i>Marlene Guirado (comentários iniciais)</i>	71
<i>Marion Minerbo</i>	75
<i>Nadia Maria Chaguri Dimitrov</i>	81
<i>Rogério Lerner</i>	85
<i>Marlene Guirado (comentários finais)</i>	97

CAPÍTULO 5

Mal-Estar na Educação	101
<i>David Léo Levisky</i>	101
<i>Yves de La Taille</i>	112
<i>Maria Thereza C. Coelho de Souza (comentários)</i>	121

CAPÍTULO 6

Freud e a Pedagogia	125
<i>David Azoubel Neto</i>	125
<i>Luís Carlos Menezes</i>	133
<i>Maria Helena Souza Patto</i>	145
<i>Emir Tomazelli (comentários)</i>	158

CAPÍTULO 7

Pedagogia, Psicanálise e Arte Contemporânea	161
<i>Maria Bernadete Amêndola C. de Assis</i>	161
<i>Sérgio Finger mann</i>	168
<i>Celso Favaretto (comentários)</i>	171

Maria Helena Souza Patto

Professora titular do Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade do Instituto de Psicologia da USP. Pesquisadora em Psicologia Social da Escola e Escola Pública, e autora de diversos livros e artigos sobre essas áreas.

Não falarei de educação em Freud ou da história da Psicanálise. Proponho-me a trazer notícia de um olhar possível sobre a relação entre Psicanálise e Pedagogia, indagando-a no interior da história da educação no Brasil, na interface com alguns aspectos da história da Psicologia em nosso país. O objetivo é desvelar a constituição histórica das idéias que informam as várias maneiras pelas quais a Psicologia se faz presente na educação escolar hoje, sobretudo na imensa rede pública de Ensino Fundamental. E, ao buscar a constituição histórica das concepções que tradicionalmente norteiam a presença dos psicólogos no campo escolar, defrontei-me com a chegada da Psicanálise no cenário educativo.

A presença da Psicologia – tradicional e hegemônica ao longo da história da educação no Brasil, principalmente a partir da Primeira República – é sobretudo normativa e considera como doença, como anormalidade, como distúrbio ou como deficiência pessoal tudo o que não seja disposição incondicional ao trabalho e à obediência, presença classificadora e hierarquizadora que tem colaborado com a manutenção de uma ordem social desigual, plena de injustiça e de barbárie, como é a sociedade brasileira.

Sérgio Buarque de Holanda já dizia em **Raízes do Brasil**, de 1936: “vivemos num país em que as constituições são feitas para não serem cumpridas e as leis existem para serem violadas”. Antonio Cândido, mais recentemente, resumiu a situação social brasileira com palavras certeiras: “vivemos

ao ritmo de umas das desigualdades econômicas mais revoltantes do mundo". A Psicologia normativa tem colaborado com essa ordem social de várias maneiras: justificando a desigualdade social, a segregação e a exclusão, entendendo como estritamente individual o que é de cunho social; contribuindo com uma visão taylorizada, tecnicista de ensino. A tarefa de pôr o aluno certo no lugar certo, em função da mensuração de aptidões, ou de informar a Pedagogia sobre a Psicologia da infância, para melhor controlá-la, irmana, há mais de um século, Pedagogia e Psicologia, absolvendo a má escola e o mau ensino que se oferecem às classes populares e atribuindo os maus resultados alcançados pela escola a supostas deficiências e distúrbios localizados nos usuários desta escola: o aluno e sua família.

A concepção de história que orienta esse meu trabalho não é a da história como uma linha do tempo, como um varal em que se penduram datas, nomes e feitos geralmente para fins celebrativos; eles são necessários à história das idéias, mas não são suficientes. Mais importante do que dizer que determinado livro foi o primeiro publicado no Brasil sobre Psicologia ou sobre Psicanálise é analisar o seu conteúdo e suas relações com o momento social em que surge, examiná-lo em suas relações com as questões sociais e os interesses em conflito numa sociedade dividida. Que características daquele fim de século monárquico e do começo de século republicano estão presentes nas apropriações que intelectuais brasileiros fizeram das idéias européias?

A pesquisa das raízes das concepções de fracasso escolar que estruturam atualmente a vida diária nas escolas e a ação dos psicólogos nelas levou-me ao Segundo Império e à Primeira República. O período de 1889 a 1930 é o da chegada ao país de ideologias protofascistas, adotadas pelos intelectuais que se encarregaram de elaborar um projeto para a nação brasileira depois do beco sem saída criado pelas teorias

raciais que aqui aportaram no fim do Império e que, ao afirmarem a condição de degenerados de índios, negros e mestiços, puseram um país de maioria não branca em situação angustiante: como pensar o futuro de uma nação de “degenerados”?

As elites tinham muito medo do povo, um medo ancestral que vinha das fazendas coloniais, onde muitas vezes o número de escravos era maior que o número de senhores. Esse medo cresceu com o aumento da população nos centros urbanos maiores, decorrência da abolição da escravatura e da política imigrantista. Os imigrantes trouxeram na mala, como verdadeiros cavalos de Tróia, ideologias revolucionárias. A preocupação dos nossos homens de ciência – médicos higienistas, psiquiatras, psicólogos e educadores – passou a ser com os ritmos sociais não-domesticados, com o que eles chamavam “caos urbano”, motivo pelo qual a palavra de ordem das políticas públicas daquele começo de século passou a ser “faxina urbana”. Falava-se muito em higiene física, intelectual e moral, sob o conceito mais amplo de eugenia ou aprimoramento da raça brasileira. Foi um período de vigência de uma concepção hierárquico-coercitiva de estado e de crescimento do aparato repressivo, ambas com o aval, quando não com a participação direta, de alguns de nossos mais prestigiados homens de ciência, e os escolanovistas não foram exceção: uma adaptação da famosa frase do presidente da Província de Minas Gerais, Antonio Carlos – “Façamos a revolução antes que o povo a faça” – está presente em vários escritos de Fernando de Azevedo: “façamos a revolução nas escolas, antes que o povo a faça nas ruas”.

No interior da obsessão higienista vicejavam idéias como a de homem mensurável e a de prevenção do crime e da loucura, que era como se entendiam toda a variedade de comportamentos de resistência ou rebeldia. Os donos do poder

queriam saber quem seriam os perigosos para a ordem social vigente, como localizá-los, como mensurá-los, para melhor controlá-los. A idéia de prevenção, de profilaxia e de psicoprofilaxia é forte nesse momento da história do Brasil e das práticas científicas no Brasil. E falar em prevenção é falar em infância, que naquele período foi definida – como há mais tempo se fizera na Europa – como a idade de ouro da higiene mental. Assim, nesse período, incluiu-se a educação no rol das instituições sociais especialmente talhadas para fins da prevenção. Para fazer da escola espaço de instrução higiênica preventiva de distúrbios de conduta, desenvolveram-se instrumentos certos de avaliação e classificação dos aprendizes, a fim de separá-los no espaço escolar ou mesmo afastá-los da escola. Criaram-se instrumentos de aperfeiçoamento técnico do processo de ensino-aprendizagem e de sua avaliação, em sintonia com o lema positivista “Ordem e Progresso” e com o sonho comtiano da Ciência no poder. Tudo isso orientado por um desejo “deliriforme” de controle absoluto do corpo social, expressão usada por Jurandir Freire Costa quando analisa as idéias dos psiquiatras da Liga Brasileira de Higiene Mental, fundada no Rio de Janeiro em 1923, de cunho nitidamente racista, moralista, xenófobo e antiliberal. Este foi o chão social e cultural da recepção brasileira da Psicanálise, cujas datas inaugurais no Brasil estão principalmente nas décadas de 10 e 20 do século XX.

Esta situação nos coloca diante do problema da assimilação de idéias estrangeiras em solos culturais estranhos à cultura que lhes deu origem. Como a Psicanálise foi entendida naquele terreno social primeiro-republicano? A esse respeito, lembremos, segundo o antropólogo francês Deverreux – citado por Jurandir Freire Costa em **História da Psiquiatria no Brasil** – que “nenhum item cultural faz parte da cultura enquanto não é assimilado a uma matriz cultural de significação, de valores e de implicações”. Já Agnes Heller ob-

serva, em **A Filosofia Radical**, que “a recepção filosófica de uma filosofia funda-se na compreensão. É verdade que o receptor só pode entender a filosofia, sempre, com base nos problemas e nas experiências vividas que decorrem de seu próprio mundo e têm uma relação com ele”. Há, portanto, entre o receptor e as idéias recebidas, a mediação das condições concretas de vida do primeiro. A consciência do homem jamais é *tabula rasa*; a recepção se dá sempre a partir de um ponto de vista, dos interesses sócio-históricos que ele representa, mesmo quando se tomam cuidados instrumentais para fazer frente às “disposições viciosas do espírito”, para usar expressão de Bacon, quando trata dos “ídolos” que impedem o real conhecimento. Há sempre um ponto de vista que faz com que toda recepção seja um mal-entendido.

Ainda segundo Heller, se toda compreensão é um mal-entendido, isso não quer dizer que o inverso seja verdadeiro: nem todo mal-entendido é compreensão. O limite entre a compreensão mal-entendedor e o mal-entendido não-compreendedor é difícil de se estabelecer, devendo ser verificado em cada caso concreto. De modo geral, pode-se afirmar que, em matéria de recepção filosófica de uma filosofia, mal-entendido é qualquer interpretação que modifique a hierarquia de valores do sistema a interpretar. Por exemplo: entender o sumo bem em Platão como fruição ou o sumo bem em Marx como relação mercantil indica um mal-entendido que não é compreensão. E o que seria um mal-entendido não-compreendedor em se tratando da Psicanálise freudiana? Como foi a recepção de Freud na Primeira República por médicos e educadores impregnados pelas teorias raciais e voltados à tarefa de regenerar a pátria pela regeneração do povo?

Analisei vários textos de médicos, psicólogos e educadores que falam a respeito da Psicanálise nesse período. Limito-me aqui a dois deles: “Educação Sexual”, do psiquiatra Julio Porto-Carrero, artigo publicado em 1925 nos Arquivos

Brasileiros de Higiene Mental, a revista da Liga Brasileira de Higiene Mental, da qual ele era o vice-presidente; e **Temperamento e Caráter sob o ponto de vista educativo**, de Henrique Geenen, publicado em 1929 e incluído numa coleção de Psicologia e de Pedagogia importante na época, a "Biblioteca de Educação", organizada por Lourenço Filho, um de nossos iminentes escolanovistas, e com prefácio de Franco da Rocha, um dos introdutores da Psicanálise no Brasil.

Em seu artigo o Dr. Porto-Carrero fala de sexualidade infantil com enorme coragem, pois a época era de negação moralista do corpo e de uma concepção de criança como ser inocente e angelical. Falando para professores primários, ele queria levar aos mestres ensinamentos do "grande sábio de Viena" relevantes à tarefa de educar a sexualidade. Ele insiste na importância de os educadores tornarem-se cientes de que a sexualidade da criança existe, pois só assim poderão educá-la em direção à finalidade última dos impulsos sexuais: o dever sagrado da reprodução da espécie. E, se a sexualidade já se faz presente desde a infância, é inútil iniciar a educação sexual apenas na puberdade; para a eficiência desta prática educativa, é preciso seguir o ensinamento de Freud de que o ensino sexual esteja terminado aos dez anos.

Carrero critica a educação sexual que se processa nas famílias, baseada em admoestações e pancadas ou em estímulo exagerado das zonas erógenas. O prazer oral superestimulado pela chupeta, pela sucção do dedo, pelas guloseimas era visto como portador do perigo da fixação e da expressão, mais tarde, no hábito do copo, do cigarro, das drogas. O prazer anal também o preocupa, já que o vê estimulado inadequadamente nas famílias pelo cultivo das evacuações prolongadas, das lavagens intestinais, da menção às fezes e da flagelação das nádegas, o que levará mais tarde, segundo ele, às perversões sádicas. Ao fazer estas advertências, Porto-Carrero era porta-voz de preocupações dominantes em seu

tempo, orientadas por moralismo e pela busca de controle social pelo disciplinamento preventivo das condutas. Era grande a preocupação com o alcoolismo, um dos vícios que assombravam os defensores da ordem social, do trabalho e da obediência, mas sobretudo da regeneração da raça. Temia-se uma prole degenerada dos viciados, numa época em que tudo era pensado em termos de vícios e virtudes.

O crime e a prostituição, a “imoralidade generalizada”, seriam, segundo ele, de base sexual e poderiam ser evitados com uma educação sexual correta: dizer a verdade com informações anatômicas e fisiológicas, dosadas em função da idade, sem mistérios, mas com parcimônia, para que a falta de informação não estimule a curiosidade, não dê asas ao devaneio e à fantasia. Aliás, nesta época, havia uma grande preocupação em não estimular o devaneio e a fantasia, que muitas vezes são mencionados nesses textos com a expressão “day dreaming”. Quanto às manifestações sexuais na infância e na adolescência, ele considera que a do bebê e da criança pequena não têm em si grande importância, mas o onanismo da criança crescida tem de ser vigiado e combatido, não com repreensões e ameaças, mas com ocupações manuais. O onanismo do púbere, este, sim, é terrível, pois causaria esgotamento e neurastenia e, portanto, deveria ficar por conta da sublimação da libido nos esportes. Um dos principais motivos da presença da educação física nas escolas, enfatizada por médicos e educadores, era este, a repressão dos apelos do corpo.

Já o livro de Geenen é todo ele voltado para os conceitos de temperamento e caráter e para o alcance das práticas educativas na prevenção de distúrbios de caráter. Para ele, “educação” é educação do caráter, tendo em vista produzir o “caráter reto”. Aliás, nessa época, falava-se muito em retidão de caráter em decorrência de uma preocupação com a ortopedia (“orthos-paidéia”), tal como ressignificada na Pedago-

gia européia ocidental com o advento da modernidade. Em **Vigiar e Punir**, Foucault refere-se a um mestre escola, personagem de uma peça teatral do século XVIII, que dispara: "quem não escreve em linha reta não age em linha reta."

Para subsidiar a Pedagogia e o projeto de educação moral, tendo em vista salvar a ordem social e o futuro de uma pátria de degenerados, Geenen destaca três aspectos da teoria psicanalítica: primeiro, a demonstração do caráter dinâmico das tendências inconscientes, ou seja, o conhecimento de que o dínamo da vida psíquica é o inconsciente; em segundo lugar, o valor que a Psicanálise dá aos complexos afetivos; e, em terceiro lugar, e importantíssimo para os educadores, a centralidade da vida psicológica infantil na formação do caráter. O inconsciente como dínamo é entendido por ele como princípio que confirma a importância da censura, do recalçamento e da sublimação nos programas escolares, uma vez que as crianças, como os primitivos e os loucos, não teriam uma superestrutura cerebral racional e finalista que tolhesse as reações primitivas. Por isso, é preciso vigiar a ação do inconsciente, recalchá-lo. Geenen está especialmente bem impressionado com a idéia de recalque, que ele identificava com a de repressão, nos termos em vigor numa sociedade truculenta. Os complexos afetivos nos alertam para a importância da formação do caráter na infância, onde estariam as origens do colorido afetivo de nossas reações adultas. Finalmente, a centralidade da infância vem para confirmá-la como lugar de prevenção, ou seja, confirma que "é de menino que se torce o pepino".

"Educação", definia ele, é uma técnica pedagógica especial pela qual o adulto se esforça em auxiliar indivíduos mais novos no desenvolvimento harmônico de suas faculdades nativas e de sua consciência moral, contribuindo assim para a formação definitiva do caráter. "Educação" é educação do caráter, principal finalidade da escola. O progresso

intelectual é simples consequência. Um slogan muito freqüente em textos de juristas, médicos, psicólogos e educadores dessa época era: “abrir escolas é fechar cadeias”. Assim, a compreensão da Psicanálise nesse período da história social das idéias no Brasil passou pelo crivo do lema “escolas cheias, cadeias vazias”, gerado pela classe dominante no interior do predomínio das teorias raciais, da crença na inferioridade do povo brasileiro e do medo da sedição. Na leitura dos intelectuais da burguesia, a Psicanálise teria uma contribuição importante a dar ao processo educativo orientado pelo objetivo de prevenir o crime e a loucura, fantasmas que perseguiam duplamente a classe dominante: como ameaça à ordem que garante a propriedade e como impedimento de progresso do país.

Mas Geenen, ao contrário de Porto-Carrero, negava a sexualidade como motor do ser humano e alertava os educadores: “A nosso ver, Freud e seus discípulos falsearam este dinamismo fundamental, pelo colorido sexual que lhe atribuíram, com evidente exageração.” O dinamismo maior, afirmava ele, é a conservação da existência. “É vã tentativa querer destroná-la. (...) É difícil libertar a Psicanálise dessa pecha original, depois de ter ele [Freud] assimilado as tendências psíquicas das crianças a tendências sexuais, teoria rejeitada atualmente por quase todos os psicólogos sensatos e não obcecados pelo *magister dixit*.” Em suma, a sexualidade, tal como postulada pela Psicanálise, ou era aceita, para ser objeto de repressão, ou era simplesmente negada, duas formas de mal-entendido não-compreendedor que inauguram a presença da teoria no cenário educacional.

Uma outra fala que dá o tom dessa apropriação da Psicanálise no terreno adubado por uma psiquiatria organicista e por teorias raciais, ambas manifestações de uma biocracia onipresente, é a de Arthur Ramos, médico, antropólogo e psicólogo, discípulo do médico baiano Nina Rodrigues, que na virada do século introduziu aqui a Antropologia Criminal

nos moldes em que ela se fazia na Itália, pelas mãos de Lombroso, Ramos, um dos introdutores da teoria psicanalítica no Brasil, entendia o inconsciente coletivo do povo brasileiro a partir das teorias da degeneração física e mental de não-brancos e mestiços, vendo neles a manifestação de um inconsciente *deficiente*, mais primitivo que o de outros povos, e trazia a Psicanálise como método que possibilitaria curá-lo. Afirmava, então, a necessidade de “curar o inconsciente primitivo do povo brasileiro”.

Nos anos trinta e quarenta assistimos à assimilação da Psicanálise a uma verdadeira cruzada de higiene mental infantil nas escolas, tendo em vista a prevenção de distúrbios mentais. Resta saber se a teoria freudiana é compatível com a idéia de prevenção. Nesse período, destaca-se – além do próprio Arthur Ramos – Durval Marcondes, ambos fundadores das primeiras clínicas de orientação e de higiene mental infantil junto aos sistemas escolares públicos no Rio de Janeiro e em São Paulo. Entre as práticas psicanaliticamente informadas que então se instalaram, destacou-se o psicodiagnóstico. O que restou hoje da Psicanálise no campo educativo – pelo menos nas práticas mais costumeiras dos psicólogos junto às escolas – é uma versão vulgar, esquemática e simplificada em fórmulas presentes em interpretações de testes de personalidade e em laudos psicológicos que patologizam alunos que não correspondem às expectativas escolares de trabalho e obediência, e que reagem ao “nonsense” das relações escolares, muitas vezes demonstrando saúde mental nesta recusa.

Mas, na política educacional, nas reformas, nos programas e métodos de ensino, nas concepções de aprendizagem e de avaliação, na formação de professores, nos trabalhos de orientação da relação professor-aluno, os ensinamentos da Psicanálise acabaram ficando de fora. Nem mesmo uma Pedagogia psicanalítica nos termos discutíveis formulados por Pfister – que poderia estar nos sonhos de alguns pioneiros na

educação nova, como Lourenço Filho – se fez presente nos meios educacionais brasileiros. O que acabou ficando foi uma Psicanálise de bolso, reduzida a dois ou três chavões, a duas ou três “explicações psicanalíticas” de problemas de escolarização presentes nas novas psicotecnias (entre eles um batido “Édipo não resolvido”).

Fica a pergunta: houve um entendimento fiel ao espírito do mestre? Tudo indica que não. Alguns trabalhos recentes sobre a relação entre Psicanálise e Educação escritos por profundos conhecedores da teoria freudiana permitem supor que as versões da Psicanálise que predominam no campo educativo passam muito longe das compreensões e aplicações legítimas dessa teoria quando se trata de pensar e fazer a educação. Atribuo a Maria Cristina Machado Kupfer o casamento entre Psicanálise e educação mais complexo, profundo e fiel aos ensinamentos de Freud, aproximação que ela vem fazendo numa seqüência de textos nos quais procura burilar o que há de mais fértil nas possíveis relações entre esses dois domínios. Mas abordar seu trabalho demandaria outro espaço.

Para terminar, insisto na necessidade de exame aprofundado das tentativas de casamento entre Psicanálise e Educação, tendo em vista verificar se não estávamos (ou ainda estamos) no interior de apropriações ortopédicas da primeira. Elas começaram com Pfister, pastor protestante que propôs uma Pedagogia psicanalítica que conduzisse as forças inconscientes ao caminho do bem e submetesse o inconsciente ao domínio da razão, que promovesse o represamento moral do inconsciente, que fizesse da Psicanálise prática corretiva, tal como desejavam os intelectuais brasileiros que se apropriaram da Psicanálise no começo do século. Zulliger, em **As Crianças Difíceis**, de 1946, queria o consultório dentro das escolas, a Psicanálise como instrumento de diagnóstico para prescrever medidas curativas e autorizar tratamentos

ortopédicos; fazer, enfim, da Psicanálise instrumento de dominação e seleção, dois objetivos certamente alheios à teoria freudiana.

Isso não significa que a Psicanálise não tenha contribuições à educação. Ao contrário. Ela oferece um conceito de homem e de sua relação com a cultura que, se adquirido por professores, poderia mudar sua postura frente à tarefa de ensinar, sua filosofia de trabalho, ajudá-los a superar o objetivo impossível de perfeita submissão do aprendiz. Essa é uma das teses de Cristina Kupfer, que não desenvolverei aqui. Gostaria apenas de fixar que é grande a influência de Freud na Filosofia da Educação, na Pedagogia e nas práticas educativas escolares no Brasil, principalmente na primeira metade do século, sobretudo de uma certa leitura não entendedora da teoria psicanalítica, que se firmou a partir desse período. Com mais um agravante: quando se examina a bibliografia de livros de educadores brasileiros que se apropriaram da Psicanálise, vemos que se trata de uma teoria quase sempre de segunda ou de terceira mão.

Apesar dos mal-entendidos, creio ter havido resultados positivos nessa chegada do pensamento psicanalítico à educação. Referindo-se à versão vulgar do marxismo, resumida a dois ou três chavões superficiais e simplificadores da complexa teoria de Marx, o historiador inglês Eric Hobsbawm diz em **Sobre História** que a interpretação economicista da história e os conceitos de interesses irreconciliáveis e de lutas de classes, embora não façam justiça à teoria marxista, representaram, sim, alguma coisa muito positiva para a História como área das ciências humanas. Apesar de reducionista e não-dialético, diz ele, o marxismo vulgar foi carga concentrada de explosivo intelectual, destinado a detonar componentes cruciais da fortaleza da história tradicional. Nesse sentido, ele foi poderoso o bastante para iluminar lugares até então escuros.

Não teria acontecido o mesmo com a Psicanálise, mesmo que vulgar, que se disseminou entre educadores e psicólogos? Ainda que não-compreendida, ela pode ter servido, no mínimo, como contrapeso a uma concepção biocrática, da conduta humana que dominava naquele momento da história brasileira, e pôde iluminar lugares da constituição da psique humana que até então estavam na penumbra.